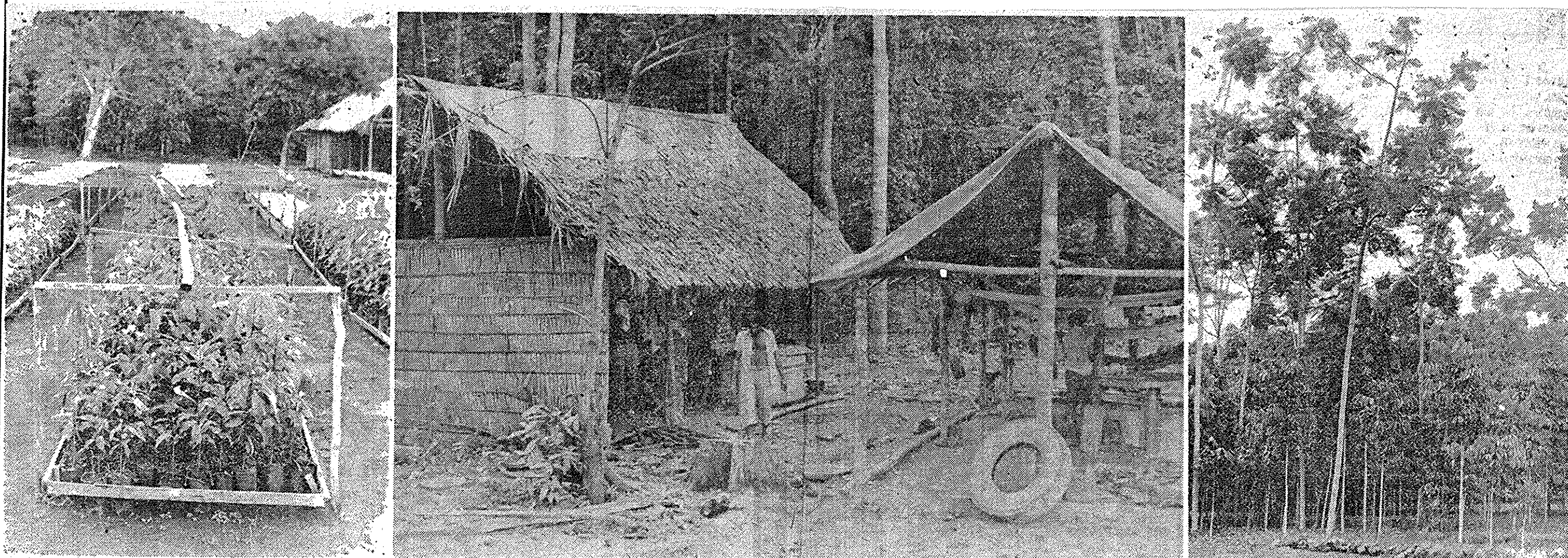


Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: AM-Extrativismo
 Data 18.03.79 Pg.: 48 FEXR0001



Fotos do enviado especial

As mudas em crescimento na estação experimental da florestal nacional de Tapajós obtiveram resultados surpreendentes: em quatro anos, a árvore atingiu 12 metros de altura

Mata substitui os seringais na AM

LÚCIO FLÁVIO PINTO
Enviado especial

Há 45 anos, funcionários da Ford, que haviam chegado 11 anos antes à Amazônia, ocuparam uma área de 281 mil hectares no Vale do Tapajós, no Pará, derrubaram uma pequena parte da floresta, e ali plantaram 3.200.000 seringueiras. Em 1945, a Ford desistiu do projeto de abastecer-se de borracha na Amazônia e entrou em decadência. Hoje, apenas 360 mil árvores estão sendo cortadas por seringueiros. No restante da área, o mato começou a crescer.

Em 1975, quando engenheiros florestais do IBDF e da FAO começaram a chegar a Belterra, notaram que, no meio da capoeira que se formou no seringal abandonado, haviam crescido árvores altas e grossas. Em menos de 25 anos, uma árvore de quaruba já atingira 40 centímetros de diâmetro, um mapará tinha 35 centímetros, e um morototó, 30 centímetros. Isto é, já estavam na metade de seu desenvolvimento pleno.

Belterra transformara-se, assim, no que os técnicos chamam de mata secundária alta, fenômeno difícil de ocorrer na Amazônia, onde as capoeiras surgidas após as derrubadas são ralas, baixas e desganhadas. "A regeneração dessa floresta só foi boa porque a exploração nela realizada consistia apenas no corte da seringueira. Quando a área foi abandonada, as novas árvores que cresciam, deixaram de ser abatidas e tiveram tempo para se regenerarem naturalmente, sem a interferência humana. Mas, se fosse praticada a agricultura, isso não ocorreria, porque o solo ficaria desnudo e degradado, não possibilitando a recuperação integral", explica Hoderlei Gonçalves, administrador do estabelecimento rural do Tapajós.

Desde 1975, técnicos do Prodepef — um programa florestal do IBDF, extinto no ano passado da Embrapa, da FAO e da Sudam —, vêm acumulando informações novas sobre o uso dos recursos florestais. Talvez daí surja a orientação técnica que vai fundamentar os

contratos de arrendamento a longo prazo, ou contratos de risco, como eles ficaram conhecidos popularmente, através dos quais o governo pretende inaugurar uma nova fase para a indústria madeireira na Amazônia.

Os 10 engenheiros florestais que atuam na Floresta Nacional do Tapajós e em Belterra, a 60 quilômetros de Santarém, nada sabem sobre esses contratos, e até estranham que se fale em adotá-los imediatamente (para isso, a própria floresta do Tapajós seria leiloadada). "Seria um contrato: só agora é que estamos começando a tentar definir a melhor maneira de usar os recursos florestais, através de um plano de manejo racional. A abertura à ação comercial virá depois que já tivermos resultados conclusivos. Antes, seria precipitação", diz Permínio Pascoal Costa Filho, pós-graduado na França e responsável pela parte técnica do projeto.

"A necessidade dessas pesquisas é fácil de explicar", acrescenta ele. "Dentro de pouco tempo, as em-

presas não vão mais poder comprar madeira de colonos, porque a distância se vai tornando anti-econômica. Além disso, a exploração exclusivamente manual, predatória e intinerante, não poderá suportar, de forma contínua e segura, as exigências do desenvolvimento industrial."

Se quiserem continuar exportando madeira a níveis competitivo e dentro dos padrões quantitativos necessários, as empresas terão que criar suas próprias áreas de abastecimento (atualmente elas adquirem a madeira de terceiros) e mecanizar a exploração, além de racionalizar seu produtivo. Os técnicos conhecem industriais que utilizam o "Skidder" — trator florestal sofisticado e caro, que ainda não é fabricado no Brasil — apenas para deslocar toras de um pátio a outro da fábrica, quando a máquina poderia estar trabalhando na floresta.

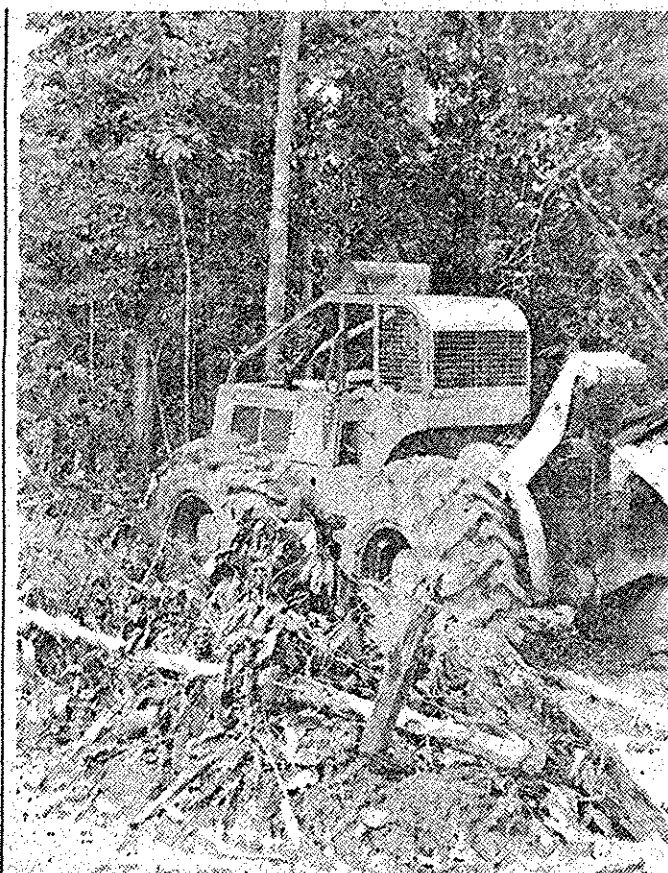
Hoderlei cita o exemplo de uma madeireira de Santarém, a Imasa, que ainda usa o carregamento ma-

nual, dos caminhões de transportes de toras.

Permínio acredita que esses absurdos, praticados em quase todas as madeireiras da Amazônia, não serão repetidos pelas novas empresas, provavelmente de grande porte, que se instalarão na região.

"Nenhuma delas, por exemplo, vai pegar uma grande área, de 100 mil hectares, e explorá-la de uma só vez. Conhecendo as experiências já realizadas, ela vai explorar sua floresta em blocos, determinando a rotação da extração em cada bloco. Isso é um manejo florestal sustentado."

"É claro — acrescenta Permínio — que essa decisão vai depender muito do nível técnico da empresa. Se eu fosse um industrial, daria uma utilização racional à floresta. Só os empresários 'camelos' é que não vão aperfeiçoar nunca seus métodos de exploração, porque, não possuindo áreas de abastecimento, eles nunca vão retornar às áreas que desmataram para verificar os estragos causados".



Em plena floresta, a presença do trator

No Tapajós, a trilha só de troncos

A trilha do Skidder é formada por troncos de árvores partidos, cascas espalhadas por todos os lados, dezenas de toras arrumadas numa clareira — um cenário em desarrumação. Todos os dias, o trator entra na mata, indiferente às dificuldades, para arrastar árvores inteiras. Normalmente, os extratores só conseguiriam tirar quatro ou cinco. O Skidder traz 30.

Mas seria viável usá-lo? Os técnicos que participam da experiência na Floresta do Tapajós estão atentos para as perdas que esse tipo de exploração mecanizada pode causar. Um dos auxiliares de campo acha que os estragos atingem 40% das árvores onde o trator penetra.

Mas essa é apenas uma impressão: todas as anotações feitas quando uma árvore cai, afetando as demais ao redor, além dos estragos causados pelo trator na sua penetração, ainda estão sendo juntadas para uma avaliação posterior, em computador.